

# Equipes do PAS sofrerão cortes com mudanças

*Projeto de municipalização implicará demissão de grande número de médicos e funcionários*

GABRIELA SCHEINBERG

Especial para o Estado

Segundo o secretário municipal da Saúde, Jorge Pagura, um grande número de médicos e funcionários, atualmente contratados para trabalhar nas unidades básicas do Plano de Assistência à Saúde (PAS), será demitido caso a secretaria consiga a aprovação do processo de municipalização.

Esse projeto prevê a mudança para o Município da gestão de 75% dos postos de saúde que hoje integram o PAS. Os funcionários demitidos serão substituídos por profissionais da área que não aderiram ao PAS, mas recebem pela Prefeitura. "Com as demissões, haverá uma piora no atendimento oferecido pelo PAS", disse Henrique Carlos Gonçalves, conselheiro do Conselho Regional de Medicina de São Paulo. Já o secretário Pagura garante que "em momento nenhum a população ficará sem atendimento médico".

Uma vez que esses postos de saúde passem para o Município, os médicos, que antes recebiam uma gratificação por trabalharem no PAS, serão transferidos



O secretário municipal da saúde, Jorge Pagura, garante que o atendimento à população não será afetado pelas demissões

Paulo Pinto/AE

## COMISSÃO RENEGOCIARÁ DÍVIDA DE COOPERATIVAS

para outras unidades ou abandonar o plano para trabalhar nos postos de saúde que passaram para o Município. O salário mensal de um médico credenciado na Cooperpas – cooperativa responsável pelos profissionais públicos com nível superior – hoje é de R\$ 1.800. Esse valor foi reduzido

de R\$ 3.200 para 2.400 e, depois dos cortes de 23% na verba do PAS, no mês passado, ficou em R\$ 1.800.

O salário dos médicos que são funcionários públicos não ligados ao PAS e exercem funções em hospitais municipais é de R\$ 1.200 por mês. Com base nesses dados, pode-se concluir que, quando os postos de saúde passarem para o município, o salário de um médico credenciado no PAS deverá ser reduzido em R\$ 600 por mês.

Segundo Pagura, esses funcionários não terão seus contratos renegociados nem serão despedidos. "Pretendemos remanejar os profissionais que estão cadastrados nas Cooperpas", disse. "Parte dos médicos poderá ser alocada em ambulatórios de especialidade, que permanecem no PAS."

Quando o plano foi criado, em 96, muitos funcionários públicos, entre eles médicos e profissionais da saúde, optaram por não se cadastrar às cooperativas. Segundo a esti-

mativa do secretário, 6 mil funcionários que recebem pela Prefeitura não exercem função no PAS. No entanto, o Sindicato dos Médicos de São Paulo estima que, dos 24.505 servidores municipais, cerca de 17.705 não aderiram ao plano.

Para suprir a falta de profissionais, as Cooperplus – cooperativas responsáveis por funcionários que não integram o quadro público – contrataram médicos e atendentes. Esses funcionários, que hoje recebem R\$ 1.400 por mês, são o alvo das demissões estipuladas por Pagura.

"Não há necessidade de demitir esses médicos", disse Gonçalves. "O problema é que o secretário nunca discutiu com a comunidade médica o plano de municipalização." O projeto, que está sendo reelaborado pela secretaria, deve ser votado por uma comissão formada por representantes do Estado e da Prefeitura, para depois seguir para uma segunda votação com a presença de membros do governo. "O projeto não deve passar nem no primeiro conselho bipartite", disse o presidente do Sindicato dos Médicos, José Erivalder Guimarães de Oliveira.

**Prestando contas** – O secretário anunciou ontem que formará uma comissão com membros das Secretarias da Saúde e das Finanças para renegociar a dívida de R\$ 140 milhões das cooperativas com os fornecedores. Já a dívida da Prefeitura com as cooperativas ainda não está definida. "Temos 5 anos para pagar essa dívida", disse o secretário.